



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638281 - RJ (2021/0000447-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
IMPETRANTE : ELIANA TAVARES MACHADO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ELIANA TAVARES MACHADO DE OLIVEIRA - RJ168196
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO
PACIENTE : GESSILDA TAVARES NETO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar em favor de LUIZ CARLOS DA SILVA NETO e GESSILDA TAVARES NETO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O impetrado julgou o *habeas corpus* nos seguintes termos:

HABEAS CORPUS. Obrigação de pagar quantia certa reconhecida em título executivo judicial. Suspensão da validade dos passaportes dos devedores e de vedação a expedição de outros. Medida forte de indução ao convencimento, mas inserida na janela discricionária do art. 139, do CPC, à luz das circunstâncias do caso. Ato da autoridade judicial que não pode ser considerado ilegal ou fruto de abuso de poder. Dosimetria refinada da intensidade do ato, ou seja, o mero juízo de oportunidade e conveniência, não pode ser feito em sede de *habeas corpus*, havendo, para tanto, os recursos previstos no Código de Processo Civil. Ordem denegada.

Sustenta a impetrante que "a suspensão dos passaportes emitidos em nome dos pacientes e, ainda, a vedação de que outros fossem expedidos tem o condão de ameaçar de forma direta e imediata o direito de ir e vir dos mesmos, pois os impedem de se locomoverem" (fl. 10).

Aduz que "os pacientes/devedores nunca tiveram a intenção de deixar de pagar o seu débito, prova disso são as diversas tentativas de acordo no decorrer do processo de execução provisória, tendo sido todos eles frustrados" (fl. 11).

Alega que o *fumus boni iuris* "está consubstanciado no fato de ter sido cerceado o direito do paciente Luiz Carlos de estar com sua família, ou seja, de estar no seu ambiente familiar, visto que sem passaporte não poderá visitá-los" (fl. 27).

Destaca, ainda, que a segunda paciente, que mora nos Estados Unidos, "não poderá exercer no exterior os direitos mais simples da vida civil, como comprar

alimentos, se locomover, ou comparecer a seus estudos, uma vez que nenhum desses direitos são garantidos a estrangeiros que sequer possuem passaportes" (fl. 27).

Requer, ao final, "a imediata revogação da decisão que suspendeu a validade dos passaportes dos pacientes" (fl. 28).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria suscitada no presente *habeas corpus* é a mesma discorrida nos autos do RHC n. 140.750/RJ, cujo pedido de liminar foi decidido por esta Presidência em razão do recesso e das férias forenses.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, cuja ementa transcrevo:

REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. INDEFERIMENTO LIMINAR. REITERAÇÃO DE PEDIDO. NULIDADE DO PAD. OITIVA DE TESTEMUNHAS SEM A PRESENÇA DA DEFESA TÉCNICA. RECONHECIMENTO EM HC ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO. I - Inviável o reexame da alegada nulidade do PAD que reconheceu a prática de falta grave pelo paciente, no curso da execução penal, quando a matéria foi apreciada em *habeas corpus* anteriormente julgado, no qual foi decretada a nulidade do procedimento administrativo em razão da oitiva de testemunhas sem que estivesse presente a Defesa técnica. II - Configurada a inadmissível reiteração de pedido, o *writ* não pode prosseguir, nos termos do art. 210, do RISTJ. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 444.220/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 23/5/2018.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente